

A (in)segurança no espaço urbano

Ana Catarina Ferreira Lima

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela de Souza Tenório (Universidade de Brasília).

Pesquisa: Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade de Brasília, 2016.

O crescente avanço da insegurança impacta diretamente na qualidade de vida da população e na produção dos espaços urbanos brasileiros. Frente à extensa problemática da violência urbana, este artigo busca entender o papel das qualidades espaciais dos espaços urbanos enquanto facilitadoras ou inibidoras da criminalidade, partindo-se da hipótese de que o local onde ocorrem os crimes não é neutro. Este estudo está dividido em duas etapas principais. Primeiramente apresenta-se a revisão da literatura e a segunda etapa consiste no estudo

de caso da Praça do DI e da Praça do Bicalho em Taguatinga Norte, Distrito Federal. O levantamento em campo é desenvolvido a partir de diferentes frentes de investigação, compreendendo análises físicas e comportamentais, a produção de mapas axiais, além da entrevista com a comunidade. A análise comparativa da teoria acerca dos espaços inibidores de delitos é confrontada com a realidade dessas praças. Desse modo, o presente artigo traz a aplicação prática dos pressupostos teóricos acerca dos espaços urbanos seguros.

Palavras-chave: violência urbana; criminalidade no espaço urbano; espaços urbanos seguros.

(In)security in urban spaces

Increasing insecurity in urban spaces impacts directly on the life quality of the population and on the production of Brazilian urban space. Faced with the extensive problem of urban violence and the installation of crime, this essay seeks to understand the role of spatial qualities of urban spaces as facilitators and inhibitors of crime, based on the hypothesis that the place where crimes occur is not neutral. This study can be divided into two main stages. Firstly, the literature review and the second stage consists of the case study of *Praça do DI* and *Praça do Bicalho* in North *Taguatinga*, Federal District. The field survey is developed in different research fronts, including physical, behavioural analysis, production of axial maps, and interview with the community. We carry out a comparative analysis of the theory with the reality of these squares. Thus, the present essay brings the practical application of the theoretical assumptions about safe urban spaces.

Keywords: urban violence; criminality in urban spaces; safe urban spaces.

La (in)seguridad en el espacio urbano

El creciente avance de la inseguridad impacta directamente en la calidad de vida de la población y en la producción de los espacios urbanos brasileños. Frente a la extensa problemática de la violencia urbana y la instalación de la criminalidad, este artículo busca entender el papel de las cualidades espaciales de los espacios urbanos como facilitadoras o inibidoras de la criminalidad, partiéndose de la hipótesis de que el lugar donde ocurren los crímenes no es neutro. Este estudio está dividido en dos etapas principales: primero se presenta la revisión de la literatura y la segunda etapa consiste en el estudio de caso de la *Praça do DI* y *Praça do Bicalho* en *Taguatinga Norte, Distrito Federal*. El levantamiento en campo se desarrolla a partir de diferentes frentes de investigación, comprendiendo análisis físicos, comportamentales, producción de mapas axiales, además de entrevista con la comunidad. El análisis comparativo entre la teoría sobre los espacios inibidores de delitos se enfrenta a la realidad de esas plazas. De ese modo, el presente artículo trae la aplicación práctica de los presupuestos teóricos sobre de los espacios urbanos seguros.

Palabras clave: violencia urbana; criminalidad en el espacio urbano; espacios urbanos seguros.

1. INTRODUÇÃO

O avanço da violência e da criminalidade configura-se como um dos fenômenos que mais preocupa os residentes das cidades brasileiras, influenciando novas formas de sociabilidade e de apropriação dos espaços públicos. As cidades passaram de "locais de encontro, troca, comunidade, participação coletiva" a "palcos de horror, do pânico e do medo" (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003, p.19).

A insegurança e a criminalidade representam hoje um fator determinante na qualidade de vida da população e na produção e transformação dos espaços urbanos. As edificações tornam-se cada vez mais distantes da rua, silenciadas por suas fachadas cegas, por suas grandes áreas de estacionamento e por seu aparato de segurança. Aliadas às mudanças físicas do espaço urbano, mudanças de hábitos em decorrência da violência também são evidentes.

As pessoas, por medo de serem vítimas de furtos, roubos ou outros tipos de crime moldam seus comportamentos, deixando de frequentar locais públicos, por exemplo. Segundo o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento de Delinquente (Ilanud), 50% dos moradores das capitais brasileiras evitam sair à noite com medo dos assaltantes; 38% não circulam por algumas ruas que consideram perigosas, e 24% mudaram o trajeto até a escola ou trabalho afim de evitar locais inseguros. Nota-se assim que o binômio violência-segurança mina paulatinamente as condições de vida e os indicadores de bem-estar da população (ILANUD, 2008).

Este estudo parte do interesse em identificar o papel da arquitetura e urbanismo na temática da violência urbana e da incidência da criminalidade nos espaços urbanos. Entende-se que a criminalidade possui um conjunto de variáveis decorrentes, por exemplo, do desemprego, da violência familiar, da pobreza, do consumo de drogas e especialmente da desigualdade social e econômica. Porém, o ambiente físico no qual os crimes ocorrem pode ser um facilitador para a ocorrência, isto é, determinadas propriedades do espaço repercutem a existência e a instalação da criminalidade (SABOYA, 2012).

Para entender melhor esse papel das características físicas e contextuais na ocorrência de crimes é importante ressaltar o trabalho de Paul e Patrícia Brantingham (1981 apud FERNANDES, 2007), no qual o crime é caracterizado a partir de quatro dimensões: a lei, o infrator motivado, a vítima/ alvo vulnerável e o ambiente favorável¹. Desse modo, parte-se do princípio que as estratégias preventivas também deverão incidir nas características do espaço.

Por fim, destaca-se a relevância do tema de estudo na medida em que compreende a segurança enquanto pilar fundamental para a vida nos espaços públicos (MONTEIRO; IANNICELI, 2009). Para um determinado espaço ser atrativo é necessário que a população sinta segurança e conforto ao apropriá-lo. Nesse sentido, a qualidade da vida urbana diminui consideravelmente quando prevalece o sentimento de insegurança e a existência de ameaças, medos ou constrangimentos.

O objeto de estudo do presente ensaio é a relação entre o espaço urbano e a ocorrência da criminalidade, no sentido de compreender mais a fundo como alguns atributos físicos podem inibir ou facilitar a insegurança urbana e conseqüentemente a apropriação ou não desses espaços pela população. Essa compreensão pauta-se principalmente em entender o papel da arquitetura e urbanismo na complexa temática da violência urbana e promover o debate sobre a relevância do projeto, principalmente de desenho urbano, no uso seguro dos espaços.

Partindo da hipótese de que o espaço urbano não é neutro, mas atua como elemento ativo para as ocorrências criminais e considerando o objetivo geral, se destacam como objetivos específicos do trabalho:

- Identificar elementos arquitetônico-urbanísticos que influenciam na vulnerabilidade dos espaços urbanos, tornando-os mais propícios aos delitos e ao sentimento de insegurança na população;
- Analisar as qualidades espaciais de um determinado espaço urbano no Distrito Federal por meio de estudo de caso e compará-las com as estatísticas criminais e percepções da população.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a segunda parte deste estudo contextualiza a problemática da violência urbana, em especial as transformações dos espaços da cidade em decorrência do medo e da insegurança, fenômeno também conhecido na literatura como "arquitetura do medo" (LIRA, 2008).

Na terceira parte é apresentada uma revisão da literatura levantada com o intuito de se obter um referencial teórico para compreensão sobre o tema da pesquisa. Dentre os autores pesquisados estão: Jane Jacobs em "Morte e Vida de Grandes Cidades" (1961); Oscar Newman e o *Defensible Space*; Timothy Crowe e Lawrence Fennelly, em *Crime Prevention through Environmental Design* (CPTED) e, por fim, Bill Hillier e Simon Shu na obra *Crime and urban layout: the need for evidence*.

A partir do referencial teórico construído ao longo da revisão da literatura, parte-se na quarta parte para o estudo de caso da Praça do DI e do Bicalho, na Região Administrativa de Taguatinga. Esta etapa consiste em quatro meios de investigação:

1. Levantamento das estatísticas;
2. Levantamento de campo;
3. Análise morfológica do espaço;
4. Entrevista com a comunidade.

A partir das investigações, chega-se à análise dos resultados, observando se determinados atributos físicos pautados no referencial teórico possuem relação na prática com a ocorrência de delitos, bem como o sentimento de insegurança da população.

Por fim, na quinta parte as considerações finais retomam os objetivos iniciais a partir da perspectiva dos resultados obtidos no estudo de caso. Além disso, abre-se a discussão da importância do projeto e da requalificação de espaços vulneráveis e propícios para a ocorrência da criminalidade.

2. A PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA URBANA

2.1. A VIOLÊNCIA NO ESPAÇO URBANO

A violência urbana e a criminalidade despontam como um dos maiores desafios enfrentados pelas cidades brasileiras, sendo amplamente presente na agenda pública, nos meios de comunicação,

no debate político e principalmente no cotidiano da população.

De acordo com Pinheiro e Almeida (2003), a violência tornou-se "lugar comum", evidenciada pelos índices "epidêmicos" de criminalidade nas cidades brasileiras, principalmente quando comparados com outros países. Somente em 2012 mais de 40 mil pessoas morreram vítimas de arma de fogo no Brasil, equivalendo a 116 óbitos por dia (WAISELFISZ, 2015). Pinheiro e Almeida ressaltam ainda o crescimento acelerado dos crimes contra a propriedade, como o roubo, o furto, a fraude e os atos de vandalismo.

Além das graves consequências ao direito à vida digna e à integridade humana, a violência traz efeitos econômicos negativos para os espaços urbanos, como a desvalorização imobiliária e a perda de oportunidades de emprego nos comércios locais. A incidência da criminalidade motiva os moradores a procurarem novos locais para se fixarem, ocasionando uma queda nos preços das propriedades e dos aluguéis. Os moradores que não conseguem se mudar, por outro lado, investem menos em suas moradias e na sua comunidade, acarretando a degradação dos espaços urbanos. Associados a isso, o comércio tende a se mudar para locais mais lucrativos e seguros, diminuindo a geração de empregos (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003). Nesse contexto, a violência urbana acarreta o declínio econômico das regiões afetadas.

Diante desse contexto, diversos pesquisadores procuraram explorar as causas da violência urbana a partir de diversas abordagens como a Sociologia, Antropologia, Economia, Psicologia, Direito, e demais áreas afins. Dentre eles destaca-se a contribuição de Luiz Flávio Gomes (2003), que defende que "a miséria, por si só, não é fator determinante do crime. Mas, se aliada à urbanização desordenada, que se deve à ausência do Estado, torna-se naturalmente causa determinante da violência" (GOMES, 2003, p.5). A urbanização desordenada à qual o autor se refere está ligada às condições urbanas precárias, como a falta de acesso a equipamentos públicos, a espaços urbanos de qualidade, à educação e lazer e à segurança. Com base nisso, destaca-se a contribuição do campo da Arquitetura e Urbanismo na qualificação e promoção de espaços urbanos seguros.

2.2. ARQUITETURA DO MEDO

As cidades brasileiras presenciam as mudanças arquitetônicas e urbanísticas em decorrência da criminalidade e do sentimento de insegurança generalizado pela população. Tais sensações de medo refletem no modo de habitar humano, onde as residências passam a não ser mais uma forma de integração urbana, tornando-se hoje claustros isolados, protegidos do ambiente externo. Observa-se a incorporação de elementos medievais, como muralhas, torres de vigia, fossos, portões duplos e guaritas, além dos aparatos comercializados pela crescente indústria da segurança privada, como câmeras de vigilância e cercas eletrificadas.

Nesse contexto, nota-se ainda o fechamento dos espaços públicos, por meio da privatização da cidade: o número crescente de *shopping centers* que tendem a acumular diferentes atividades, os condomínios residenciais fechados e as áreas de lazer restritas. As edificações viram as costas para a rua, formando longas fachadas cegas, ocasionando o abandono do espaço público e propiciando oportunidades para a ação dos delinquentes (SABOYA, 2012).

Diante desse quadro de transformações urbanas, destacam-se os estudos produzidos por Tereza Caldeira (2008) acerca dos novos padrões de segregação socioespacial decorrentes da combinação do aumento do crime e do medo da violência na cidade de São Paulo. Segundo Caldeira, o medo gerou uma série de respostas e estratégias de proteção, resultando no que ela denomina como "enclaves fortificados", caracterizados pela valorização do ambiente privado, a homogeneidade social, a demarcação e isolamento físico através de muros, o distanciamento da rua e a desarticulação com o entorno.

Na cidade de São Paulo, mas também em outras capitais brasileiras, nota-se o surgimento de um novo padrão de segregação, muito mais complexo que a segregação espacial entre centro e periferia (CALDEIRA, 2008). Nesse novo padrão, as classes sociais estão muitas vezes mais próximas no espaço, porém separadas por barreiras físicas e sociais ostensivas, representadas pelos altos muros, pelos dispositivos de segurança e mecanismos

de vigilância e de controle de fronteiras sociais. A autora ressalta ainda que esses dispositivos de segurança são comumente adotados em bairros socialmente privilegiados, configurando o que ela denomina como "estética da segregação", visto que o emprego extensivo desses elementos também revela o status social dos moradores (CALDEIRA, 2008, p.294).

É importante ressaltar que na temática da violência existe uma discrepância entre a insegurança efetiva e o sentimento de insegurança. Os sentimentos de insegurança, muito subjetivos, são influenciados pelas experiências pessoais do indivíduo, pelo seu estilo de vida e pelo modo como interagem com os espaços da cidade. Segundo Nasar e Fisher (1993 apud LIRA, 2008) os sentimentos de insegurança, embora não indiquem a concretização do crime em si, podem ter efeitos prejudiciais aos indivíduos e comunidades, limitando as suas atividades e propiciando o fechamento das edificações como uma forma de se protegerem dos perigos da rua, do estranho e do vizinho.

Nos contextos urbanos, esse sentimento de insegurança é agravado pelos sinais de degradação que se encontram os espaços urbanos nas cidades brasileiras. Segundo Fernandes, "hoje está bem demonstrado que os sinais de desordem nos locais que frequentamos, como equipamentos vandalizados, estruturas físicas em más condições, má iluminação noturna, entre outros, alimentam o sentimento de insegurança" (2007, p.12).

Além disso, a mídia possui importante papel na disseminação desse sentimento de insegurança, criando uma "cultura do medo" entre os moradores das cidades brasileiras. A violência urbana passa assim a ser uma mercadoria comercializada pela mídia através da divulgação constantes de eventos delituosos, formando uma sensação de insegurança muito maior do que a real. Desse modo, a mídia possui forte papel na responsabilização dos atos violentos, associando diretamente as classes socialmente marginalizadas ao ato criminal, levando a mais preconceito e segregação.

Diante desse quadro, observam-se graves consequências para a qualidade de vida urbana, com o abandono da vida pública, o isolamento social e a configuração de paisagens urbanas



FIG. 1:

Praça do Bicalho.

Foto da autora, 2016.

FIG. 2:

Praça do DI.

Foto da autora, 2016.

hostis (LIRA, 2008). O permanente estado de alerta que a sociedade urbana se encontra estimula atitudes agressivas frente aos espaços públicos e grupos sociais considerados responsáveis pela crescente criminalidade. Essas reações agressivas tendem a perpetuar-se, realimentando o círculo vicioso da violência nas cidades.

3. REVISÃO DA LITERATURA

A relação entre o espaço urbano, arquitetura e a ocorrência da criminalidade foi tema de diversos estudos nas últimas décadas. Na década de 1960, a obra "Morte e Vida de Grandes Cidades", da escritora americana Jane Jacobs, foi o primeiro trabalho influente a sugerir que a vida ativa nas ruas poderia diminuir as oportunidades de o crime acontecer. Na década de 1970, surgiu o interesse pelas possibilidades de manipular o ambiente construído, buscando prevenir delinquência e crime. Dois trabalhos tiveram grande importância nesta época: a primeira versão da obra *Crime Prevention Through Environmental Design*, do autor Ray Jeffrey (1971 apud FERNANDES, 2007) e *Defensible Space* de Oscar Newman (1972). Nas décadas de 1980 e 1990, Bill Hillier e Shu relacionaram as análises morfológicas dos espaços urbanos com a criminalidade, produzindo importantes estudos como *Crime and urban layout: the need for evidence*.

3.1. JANE JACOBS: OS OLHOS DA RUA

A discussão realizada por Jane Jacobs em "Morte e Vida de Grandes Cidades" é considerada um marco na abordagem que relaciona espaço urbano e criminalidade. A autora defende que a segurança não é fundamentalmente atrelada ao policiamento, mas a uma "rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamentos espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados" (JACOBS, 2000, p.32). Nesse livro são identificadas três variáveis que influenciam a segurança urbana:

1. A vigilância dos moradores e pedestres de forma casual, referida como "olhos da rua";
2. O uso contínuo das calçadas;
3. A definição territorial clara entre áreas públicas e privadas.

O conceito de "olhos da rua" diz respeito à vigilância natural que os moradores, transeuntes e pessoas nas janelas das edificações próximas realizam nos espaços urbanos. Quando os olhos atentos estão voltados para o espaço público, uma rede informal de controle social se forma, assumindo o papel de policiamento natural, o que pode inibir conseqüentemente a ocorrência de crimes. Jacobs aponta que as relações de confiança e solidariedade que se formam entre os vizinhos com o passar do tempo e por meio dos diversos contatos nos locais públicos se tornam elementos essenciais para essa vigilância natural. Apesar de Jacobs apontar a relação de vizinhança como essencial para o senso de comunidade, a autora considera ainda a presença e movimento de estranhos na vizinhança como fundamental para a integração social.

Para a autora, a rua é a parcela do espaço público onde é possível conviver com a diversidade e ter contato visual com estranhos. A partir do momento em que certos locais são utilizados exclusivamente por determinado grupo, a tensão social e hostilidade contra os desconhecidos se agrava, inibindo-os de frequentar livremente a cidade. Jacobs defende que "a segurança das ruas é mais eficaz, mais informal e envolve menos traços de hostilidade e desconfiança exatamente quando as pessoas as utilizam e usufruem espontaneamente" (JACOBS, 2000, p.37).

A vigilância a partir do interior das edificações também assume importância, e Jacobs reconhece o papel da visibilidade entre o espaço público e as edificações quando destaca: "Os edifícios de uma rua preparada para receber estranhos e garantir a segurança tanto deles quanto dos moradores devem estar voltados para a rua. Eles não podem estar com os fundos ou um lado morto para a rua e deixá-la cega" (JACOBS, 2000, p.36).

A segunda variável diz respeito ao uso contínuo das calçadas que está diretamente associado à diversidade de usos e vitalidade do espaço urbano. Segundo a autora, devido à não variedade de usos, existem locais que em certos horários do dia tornam-se desertos e inutilizados ao ponto de os habitantes, por falta de segurança, terem medo de frequentá-lo. Por outro lado, o uso ativo do lugar, independente

da hora ou dia da semana, faz com que este se torne mais seguro pela presença de "olhos da rua", retomando assim a primeira variável, onde tentativas de crimes e delitos são muitas vezes frustradas pela vigilância, consciente ou inconscientemente, dos transeuntes, comerciantes e por pessoas nas janelas. Essa movimentação em diferentes horários para as mais diversas atividades é descrita por Jacobs como "balé das ruas", fator essencial para a interação social e vitalidade dos espaços urbanos.

Quanto ao desenho urbano, Jacobs defende que as quadras sejam curtas, possibilitando uma melhor integração e permeabilidade da malha urbana. Segundo Jacobs: "vizinhanças separadas não permitem o entrosamento entre os moradores, isolando-os em pequenos guetos" (JACOBS, 2000, p.44). A oportunidade de virar a esquina possibilita, portanto, uma maior variedade de caminhos possíveis e impulsiona uma maior diversidade de usos nessas ruas, visto que o público as frequentará não é exclusivo daquela vizinhança. A facilidade de circulação dos pedestres associada ao uso regular dos espaços públicos diminui a vulnerabilidade à prática criminal.

A terceira variável está relacionada à clara diferenciação entre o espaço público e privado. Jacobs defende que a área pública precisa ter limites definidos para que a população se responsabilize e cuide desse espaço. Essa ideia é uma crítica às construções modernistas sobre pilotis ou soltas em amplos espaços verdes, onde não há uma diferenciação precisa entre público e privado. Para Jacobs, tais configurações seriam prejudiciais à segurança, visto que a população não reconhece onde deve ser exercida a vigilância natural.

3.2. OSCAR NEWMAN: TEORIA DO ESPAÇO DEFENSÁVEL

Oscar Newman, à semelhança de Jane Jacobs, foi outro estudioso dos problemas das cidades norte-americanas, principalmente com relação à criminalidade. Seus estudos voltam-se para os "espaços defensáveis", nos quais identifica características espaciais de lugares seguros e inseguros e indica modos de contornar os problemas de criminalidade.

Segundo Newman (1996), seu interesse em pesquisar o espaço defensável surgiu

na década de 1970, quando presenciou a demolição do conjunto habitacional Pruitt-Igoe, em St. Louis, construído em 1954 para cerca de 2.740 famílias carentes. A princípio, Pruitt-Igoe foi considerado um projeto urbano e arquitetônico modelo, baseado nas diretrizes da arquitetura moderna. No entanto, o conjunto se tornou um local suscetível a crimes, roubos e vandalismo, principalmente nas áreas comuns, como os corredores, escadas e halls, e acabou sendo implodido em 1972.

A partir dessa demolição, Newman passou a investigar a ocorrência de atividades delituosas e transgressivas em conjuntos residenciais de diferentes rendas e nos seus espaços públicos imediatos. Segundo o autor, a vulnerabilidade ao crime não seria apenas uma questão social, mas também física, visto que a forma das edificações influencia diretamente no comportamento de vigilância e controle social pelos moradores, aspectos considerados pelo autor como fundamentais para a segurança urbana.

Segundo Newman, "espaço defensável" corresponde ao "espaço físico cuja posse foi tomada por um indivíduo e que ele defende contra os outros" (NEWMAN, 1996, p.22). Para tanto, deve-se promover a ação vigilante e o senso de "territorialidade" entre os moradores, inibindo o acesso de pessoas estranhas e transmitindo a ideia de que aquele território pertence a alguém. Para Newman, desconhecidos são vistos como potenciais riscos à comunidade.

O conceito de territorialidade remete ao "sentimento de posse" que os habitantes de determinado local desenvolvem e, portanto, reconhecem aquele espaço como parte de sua responsabilidade. Newman defende que comportamentos associados à demarcação e defesa de territórios resultam em uma hierarquia de espaços, que ele classifica entre público, semipúblico, semiprivado e privado:

- Espaço público: espaços pertencentes a toda a comunidade, por exemplo, praças e ruas, com acesso para todos;
- Espaço semipúblico: espaços pertencentes a um conjunto de pessoas, por exemplo, áreas externas de um conjunto de casas ou edifícios, com acesso caracterizado por certa restrição;
- Espaço semiprivado: espaços pertencentes a um grupo de pessoas de

um único prédio, ou de poucos prédios, com acesso mais restrito do que o espaço semipúblico;

- Espaço privado: espaço pertencente a uma única moradia, espaço com acesso restrito.

A partir dessa hierarquização dos espaços e com base nos estudos dos conjuntos habitacionais, Newman identificou três tipos arquitetônicos mais comuns e suas relações público-privado:

1. Residências unifamiliares: possuem espaços com alto nível de controle, visto que apenas uma família é responsável por eles. Nessa tipologia, existe um limite bem definido entre o privado e o público;
2. Edificações com até três pavimentos e sem elevadores: há uma área de circulação comum no interior do edifício, espaço este considerado semiprivado porque é compartilhado por um número reduzido de famílias. A única área privativa se reduz à parte interna do apartamento. Neste caso, a possibilidade de controle do espaço também é grande;
3. Edificações com mais de três pavimentos e com elevadores: a única área privada corresponde ao apartamento; as demais, como os corredores, as escadas, os elevadores, os halls e as áreas externas são consideradas semipúblicas. Nessa tipologia, o controle do espaço é seriamente comprometido visto que "quanto maior o número de pessoas que compartilham um território, mais difícil para as pessoas identificarem-no como sendo delas" (NEWMAN, 1996, p.17).

3.3. CRIME PREVENTION THROUGH ENVIRONMENTAL DESIGN

Em 1971, Ray Jeffrey lança a primeira versão do livro *Criminal Behavior and the Physical Environment* (Comportamento criminal e o ambiente físico), no qual apresenta pela primeira vez o conceito de *crime prevention through environmental design* – CPTED (Prevenção criminal através do desenho ambiental) (FERNANDES, 2007).

Segundo Jeffrey, o CPTED abarca o ideal de que um desenho urbano apropriado e a utilização adequada do espaço construído podem inibir a ação dos criminosos, conduzindo a uma melhoria da segurança urbana. Apesar das contribuições de Jeffrey para a prevenção situacional dos crimes, o conceito de CPTED sofreu diversas críticas

por não apresentar aplicação prática ou sugerir medidas concretas, ficando apenas no campo teórico (apud FERNANDES, 2007).

Em 1999, Timothy Crowe e Lawrence Fennelly aperfeiçoam o conceito do CPTED, iniciando a 2ª geração do CPTED².

Essa nova geração aprofunda principalmente a dimensão social enquanto forma de prevenção da criminalidade, envolvendo o papel da comunidade nessa prevenção dos delitos. Crowe e Fennelly ressaltam a importância da vigilância natural e criação de atividades sociais positivas e diversificadas para encorajar os residentes a se apropriarem mais dos espaços urbanos. Essa nova estratégia do CPTED assume cinco princípios fundamentais (CROWE; FENNELLY, 2013):

- Vigilância natural: visibilidade e possibilidade de controle que os moradores e usuários de um determinado espaço têm sobre ele;
- Reforço da territorialidade: sentimento de propriedade e pertencimento que os indivíduos têm sobre os espaços urbanos, o que contribui para a manutenção e utilização apropriada desses locais;
- Controle natural de acessos: desencorajar o acesso ou proximidade a determinados espaços por estranhos;
- Manutenção do espaço: um lugar seguro é aquele que é conservado de forma contínua;
- Incentivo a atividades: promoção de espaços úteis a diferentes usuários.

3.4. BILL HILLIER E SIMON SHU

Na década de 1970, Bill Hillier e seus colegas da *University College of London* (UCL) conceberam a Teoria da Sintaxe Espacial, com o objetivo de investigar a forma e organização do espaço e suas relações com as dinâmicas sociais nas cidades. Hillier afirma que configuração da malha urbana em si constitui o principal gerador dos padrões de movimento determinando as vias que serão potencialmente mais ou menos percorridas pelos diversos deslocamentos (HOLANDA, 2011).

Com base nos conceitos da Sintaxe Espacial, Hillier, juntamente com Simon Shu realizaram seus primeiros estudos correlacionando a configuração da malha urbana e a ocorrência de crimes na década de 1990, utilizando principalmente o conceito de integração. Na sintaxe

espacial, a integração está diretamente relacionada com a acessibilidade e quantidade de movimento, isto é, espaços que apresentam elevada integração são mais acessíveis dentro do sistema e tendem a apresentar maiores fluxos de pedestres e veículos (MONTEIRO, 2009).

De acordo com Hillier e Shu (1998), há uma distribuição extremamente desigual de oportunidades ao crime nas cidades, porque as cidades têm uma distribuição desigual de pessoas, atividades e fluxos. Para entender melhor essa distribuição desigual, Hillier e Shu elaboraram, em 1998, o trabalho *Crime and urban layout: the need for evidence*, onde debatem a necessidade de evidências entre a morfologia urbana e a localização dos delitos, até então discutida apenas teoricamente, mas pouco explorada na prática.

Os autores passam a analisar a localização de dois tipos de "crimes domésticos" (HILLIER; SHU, 1998, p.3), como eles próprios denominam, que são os assaltos e arrombamentos em residências e roubos de carros. O objetivo do trabalho era investigar quais características do *layout* urbano aumentam a vulnerabilidade a esse tipo de crime doméstico e quais contribuem para a sua diminuição. Após analisarem 519 ocorrências criminais em três cidades distintas nas proximidades de Londres concluíram:

- Locais com maiores níveis de integração e acessibilidade tendem a apresentar menores ocorrências criminais;
- O movimento de pessoas e veículos ajuda a inibir práticas criminais;
- A vigilância natural é uma estratégia preventiva eficaz;
- A visibilidade entre o espaço público e o privado desempenha importante papel na redução dos crimes.

3.5. ANÁLISE COMPARATIVA

As quatro abordagens expostas neste trabalho apresentam uma série de similaridades, mas também de divergências, sobretudo com relação ao movimento nos espaços urbanos e ao comportamento em relação aos estranhos. A partir do referencial teórico levantado, foram identificadas algumas variáveis associadas à incidência de crimes no espaço urbano:

- Vigilância natural;
- Conexões visuais entre espaço público e privado;
- Movimento/ integração nos espaços públicos;
- Presença de estranhos;
- Demarcação clara entre espaços públicos e privados.

3.5.1. VIGILÂNCIA NATURAL

As quatro abordagens pesquisadas defendem que a segurança é mantida basicamente não pela polícia, mas pelas próprias pessoas que usam e se movimentam pelo espaço em seu cotidiano e que com isso o vigiam naturalmente, inibindo as oportunidades de crimes.

O conceito de "olhos para a rua" de Jacobs foi pioneiro nessa estratégia, sendo posteriormente citado em diversos estudos sobre segurança urbana. Hillier e Shu defendem que a "vigilância natural é desenvolvida por todos aqueles que estão presentes num dado momento no espaço público" (HILLIER; SHU, 2000, p.13) e aponta a vigilância natural como umas das estratégias mais eficientes para a inibição de crimes. Crowe reconhece que a possibilidade de ver e ser visto no espaço urbano favorece o uso seguro e inibe a prática criminal. Newman, em suas análises de espaços habitacionais, defende que os próprios moradores são responsáveis pela vigilância e o controle dos espaços públicos próximos a sua residência.

É interessante notar que para Jacobs, Hillier, Shu e Crowe a vigilância natural é exercida de maneira espontânea pelos usuários do espaço público, consciente ou inconscientemente. Newman (1996), por sua vez, considera a vigilância uma atribuição ativa, consciente e responsável dos moradores sobre os espaços públicos.

3.5.2. CONEXÕES VISUAIS ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO

A visibilidade entre o espaço público e as edificações também foi outra variável comum a todos os estudos, sendo diretamente ligada à vigilância natural. Para Jacobs, Newman, Crowe e Hillier e Shu a presença de janelas voltadas para a rua possibilita uma maior vigilância, além de incentivar o sentimento de segurança pelos usuários do espaço urbano.

3.5.3. MOVIMENTO/ INTEGRAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A permeabilidade e a facilidade de circulação pelos espaços urbanos estão entre os principais pontos defendidos por Jacobs, Hillier e Shu. Para Jacobs, o uso ativo de uma área gera segurança, assim as ruas com movimentação de pessoas tendem a tornar-se mais seguras. Hillier, ao utilizar as técnicas da sintaxe espacial, conclui que as ruas integradas e que apresentam maior potencial de movimento tendem a ser mais seguras. Segundo o autor, as áreas urbanas onde se evidenciam as "lacunas de movimento" estão mais propícias à instalação do crime.

Os princípios de Hillier e Jacobs de que maior movimento implica maior segurança se opõem às ideias de Newman, que considera que espaços controlados por moradores, com menor movimento e menor acessibilidade de estranhos, seriam os mais seguros. Na abordagem do CPTED, Crowe adota uma postura intermediária entre Jacobs/ Hillier e Newman. O autor incentiva as atividades e o uso contínuo dos espaços públicos, mas ressalta a necessidade do controle de acessos a determinados locais mais vulneráveis, como agências bancárias, por exemplo.

3.5.4. PRESENÇA DE ESTRANHOS

A contribuição da presença de estranhos na segurança urbana está entre os pontos de maior divergência entre os autores. Jacobs e Hillier defendem um espaço urbano plural, onde a diversidade de usos e frequentadores é estimulada constantemente. Para esses autores, os habitantes e estranhos desempenham papéis complementares para a inibição da criminalidade, sendo que o uso seguro também está relacionado com o acolhimento dos estranhos. Para esses autores, os estranhos são fonte de segurança e vitalidade no meio urbano.

Newman, por outro lado, vê os estranhos como fonte de perigo. Para o autor, a ideia não é integrar os estranhos a todos os espaços, mas reforçar a territorialidade, a vigilância e a inibição dos acessos, diferenciando claramente os habitantes dos estranhos. Na abordagem de Newman, a preocupação com a segurança visa exclusivamente os habitantes, e isso se

faz muitas vezes por meio da exclusão e estigmatização dos desconhecidos.

Crowe defende pontos similares aos de Newman, mas de maneira menos radical. O CPTED traz o princípio do controle de acessos a estranhos como estratégia preventiva em áreas mais propícias à ocorrência de delitos.

3.5.5. DEMARCAÇÃO CLARA ENTRE ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

A diferenciação legível entre os espaços públicos e privados foi abordada por Jacobs, Newman e Crowe. Segundos esses autores, a demarcação clara favorece o senso de responsabilidade e territorialidade sobre o espaço, não criando ambiguidades para os usuários e moradores sobre se determinado espaço é público ou privado e se as atividades nele exercidas são condizentes. A partir do reconhecimento desses limites, os próprios frequentadores do espaço passam a exercer a manutenção e a vigilância, contribuindo para a segurança no local.

Essa variável não é discutida na abordagem de Hillier, visto que a Sintaxe Espacial adota a estrutura viária como base para a análise da permeabilidade dos espaços urbanos, e os espaços privados são desconsiderados nessa análise, pois configuram barreiras para o movimento.

4. ESTUDO DE CASO

Nesta parte, é apresentado o estudo de caso de dois espaços urbanos do Distrito Federal, a Praça do Bicalho e a Praça do DI, localizados na Região Administrativa de Taguatinga. O procedimento investigativo consiste em um estudo comparativo entre as ocorrências criminais nessas localidades e as características desses dois espaços urbanos, bem como confrontação da realidade desses espaços com o referencial teórico construído na parte anterior.

A Região Administrativa de Taguatinga foi adotada como ponto inicial de análise devido a sua importância no Distrito Federal. A região, formada antes mesmo da inauguração de Brasília, se configura hoje como uma das centralidades mais consolidadas do DF, abrigando mais de 220 mil habitantes (CODEPLAN, 2016). Além disso, Taguatinga é uma região que

não possui extremos de vulnerabilidade social, apresentando renda e escolaridade acima da média do DF (CODEPLAN, 2013), possibilitando analisar de forma mais assertiva os aspectos físicos dos espaços e não apenas os sociológicos.

A escolha dessas duas praças se deu por dois motivos principais. Primeiramente, observou-se a limitação dos registros de ocorrência no DF, devido a imprecisão de localização desses crimes. Essas praças, por terem uma delimitação bem definida dentro da malha urbana, proporcionam uma maior confiabilidade nos dados coletados, garantido que de fato o crime ocorreu nas praças selecionadas. O segundo motivo está no aspecto comparativo entre essas duas praças: ambas estão localizadas em áreas residenciais de Taguatinga Norte e apresentam uso do solo limítrofe semelhante, no entanto, a Praça do DI apresentou 70% mais ocorrências criminais em 2015 que a Praça do Bicalho.

4.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE INVESTIGAÇÃO

Por se tratar de uma pesquisa explicativa (GIL, 2010) na qual se busca compreender melhor a relação entre a ocorrência da criminalidade e as qualidades físicas do espaço de análise, viu-se a necessidade de diferentes frentes de investigação, que são descritas a seguir:

- Levantamento das estatísticas: consistiu na primeira etapa do estudo de caso, na qual foram levantadas as ocorrências criminais reportadas à Polícia Civil do Distrito Federal no ano de 2015. Os dados foram disponibilizados no formato de planilhas pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e fornecem as seguintes informações: localização, natureza do crime, hora e dia da semana da ocorrência criminal;
- Levantamento físico-espacial: para a análise das qualidades físicas do espaço e também para observação da apropriação desses locais pela população, seja pelo movimento seja pela permanência. O mapa comportamental foi a ferramenta utilizada para análise das atividades desempenhadas pelas pessoas na Praça do Bicalho e na Praça do DI. Com o auxílio de mapas impressos das praças, foram registradas de duas em duas horas a

atividade e a posição do indivíduo no mapa. Buscou-se diferenciar homens de mulheres, e pessoas sozinhas daquelas exercendo atividades em grupos;

- Análise morfológica do espaço: por meio da elaboração de mapas axiais das variáveis de integração global e integração local, com base no referencial teórico proposto por Hillier e Shu (2000). Foi utilizado a base CAD da malha viária do Distrito Federal desenvolvida em 2014 pelo professor Frederico de Holanda da Universidade de Brasília. A geração dos mapas axiais se deu através do software *Depthmap*; A escolha das variáveis de integração foi motivada pela sua forte implicação nos padrões de movimento e presença de pessoas no espaço urbano. Isto ocorre porque as pessoas sentem-se mais atraídas por espaços movimentados e tendem a evitar espaços desertos. A variável de integração pode ser global ou local. A primeira (integração global) relaciona cada linha do sistema com todas as demais e a segunda (integração local ou R3) é definida como sendo a medida que relaciona cada linha a apenas as que se limitam a até 3 linhas de distância desta primeira. Diz-se que um espaço integrado é aquele que para ser alcançado requer um menor número de espaços intermediários, ou seja, a integração mede a profundidade (distância) que uma linha axial está de todas as outras do sistema e seu inverso é denominado segregação (HOLANDA, 2002);
- Entrevistas com a comunidade: incluindo moradores, trabalhadores e transeuntes/ visitantes da região. A escolha deste instrumento se deu pela possibilidade de coletar dados de caráter mais subjetivo, como a percepção de segurança e medo. Como a entrevista é feita *in loco*, os entrevistados podem contribuir de maneira mais enriquecedora com as perguntas feitas, analisando criticamente o espaço em que estão inseridos. O questionário conta com perguntas abertas, fechadas e mistas, e está dividido em cinco partes, sendo: 1) perfil do entrevistado, no qual se busca a relação do entrevistado com

local (trabalhador, morador, transeunte/visitante), o gênero e a faixa etária; 2) percepção do local, explorando quais as características influenciam na percepção de insegurança e abandono; 3) vitimização, onde é explorada a vivência pessoal do entrevistado com a ocorrência de crimes; 4) comportamento, onde se busca identificar quais mudanças de hábito o entrevistado adotou em decorrência da violência e, por fim, uma seção onde o entrevistado pode realizar livremente comentários gerais. A realização das entrevistas foi feita em um dia de semana no período matutino e vespertino.

4.2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA DE ESTUDO

A Região Administrativa de Taguatinga tem aproximadamente 70 mil domicílios urbanos e conta com uma renda domiciliar de 7,2 salários mínimos, acima da média do Distrito Federal (CODEPLAN, 2015). De acordo com a CODEPLAN (2013), 47,27% da população tem a percepção de policiamento regular na região, índice baixo quando comparado a outras regiões administrativas do DF. Em relação aos espaços de lazer, Taguatinga possui 61 praças, sendo as principais a Praça do Relógio, onde se localiza a Administração Regional, a Praça do Mercado Norte, importante centro de compras e prestação de serviços, a Praça do DI e a Praça do Bicalho.

A Praça do DI, oficialmente chamada de Praça Santos Dumont, está localizada próxima à Avenida Comercial e à Administração Regional. As áreas adjacentes à praça são as quadras comerciais e de uso misto. Na praça estão instalados os seguintes equipamentos:

- Centro de Educação Infantil 04 de Taguatinga;
- Quadra poliesportiva coberta;
- Quadra poliesportiva descoberta;
- Parque de areia infantil;
- Banheiro público;
- Quadra de vôlei descoberta;
- Posto de atendimento da Secretaria de Fazenda;
- Posto policial desativado;
- Banca de revistas;
- Área arborizada com bancos, mesas, coreto e jardim;
- Chaveiro;

- Quiosque.

A Praça do Bicalho, oficialmente denominada Praça Almirante Tamandaré, está localizada no Setor D Norte de Taguatinga. As áreas adjacentes à praça são as quadras comerciais e de uso misto. Na praça estão instalados os seguintes equipamentos:

- Paróquia São José;
- Centro de Ensino Fundamental 11 de Taguatinga;
- Centro de Saúde nº 2 de Taguatinga;
- Posto Comunitário de Segurança nº 16;
- Agência de distribuição dos Correios;
- Quadras esportivas descobertas;
- Quadra esportiva coberta;
- Revistaria;
- Aparelhos de ginástica (PEC – Ponto de Encontro Comunitário);
- Parque Infantil;
- Estacionamento;
- Quiosques.

4.3. LEVANTAMENTO DAS ESTATÍSTICAS CRIMINAIS

De acordo com os dados levantados pela CODEPLAN (2013), 19,28% da população do Distrito Federal foi vítima direta da violência urbana. Em 2015, foram registradas 475.670 ocorrências criminais na Polícia Civil do DF, sendo que dessas 84% correspondem a furtos e roubos (SSP_DF, 2015). Em Taguatinga foram registradas 6.519 ocorrências no ano de 2015, especialmente, em "crimes contra o patrimônio", conforme a nomenclatura adotada pela Polícia Civil do DF, que correspondem a roubo a transeunte, veículos, comércios, em coletivos e furto em veículo (SSP_DF, 2015). Em relação às áreas de estudo, a Praça do DI teve 46 ocorrências registradas, e a Praça do Bicalho 27 ocorrências.

Observa-se que os crimes que predominam nas duas praças correspondem aos crimes de maior ocorrência na escala do Distrito Federal e de Taguatinga, o furto e o roubo. Além disso, a Praça do DI apresenta uma maior variedade de crimes, incluindo aqueles relacionados ao uso e porte de drogas, revelando um dos primeiros fatores para a insegurança nesse espaço público.

Nos dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública estão registrados o dia e mês de cada ocorrência. Desse

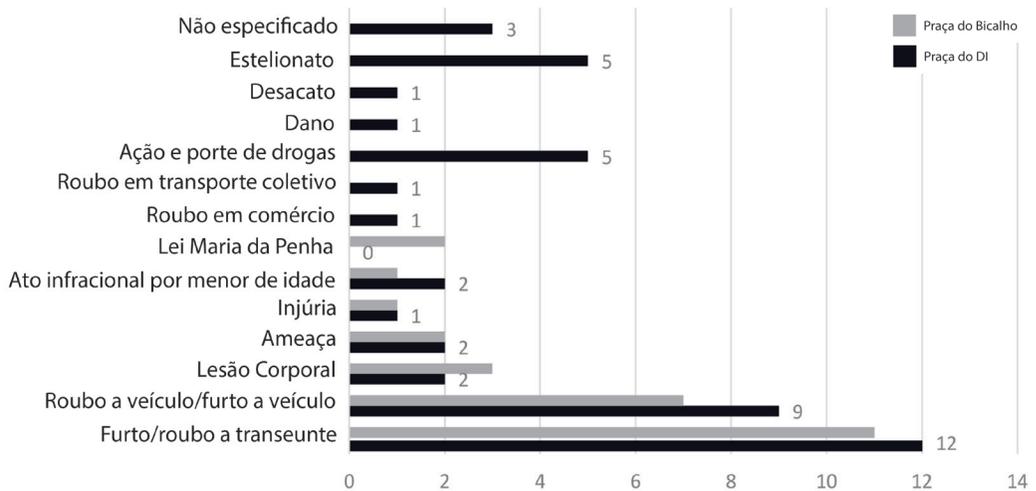


FIG. 3:

Natureza dos crimes ocorridos nas praças em análise, 2015.

Elaborado pela autora, 2016.

modo, foi possível mapear que os crimes se concentram ao longo da semana e com média/ baixa incidência aos finais de semana em ambas as praças.

O horário da ocorrência criminal foi outro dado fornecido, sendo possível observar uma diferença importante entre as duas praças. A Praça do DI possui uma distribuição mais homogênea das ocorrências criminais, com pico no período noturno. Já a Praça do Bicalho apresenta baixíssima incidência criminal após o anoitecer.

4.4. LEVANTAMENTO FÍSICO-ESPACIAL

A visita à Praça do DI foi realizada no dia 27 de outubro, quinta-feira, no período matutino e vespertino, e na Praça do Bicalho no dia 01 de novembro, terça-feira, no mesmo horário. O mapa comportamental foi preenchido a cada duas horas ao longo do dia e início da noite. As figs. 04 e 05 sintetizam os principais fluxos e os pontos de maior aglomeração de pessoas observados nas praças.

Observa-se que as praças em análise apresentam baixa permanência, principalmente frente a sua localização privilegiada e equipamentos públicos e comércios presentes na sua proximidade. Em relação às atividades, nota-se a predominância de atividades passivas nas duas praças, visto que dispõem de poucos equipamentos de lazer. A média de frequentadores levantada na visita de

campo foi: 24,62 pessoas/ hora na Praça do Bicalho e 19,25 na Praça do DI.

Quanto à variedade de pessoas, observa-se que os homens predominam nas duas praças. Nota-se que as crianças e adolescentes estão mais presentes que as mulheres devido à presença de escolas nas praças, quadras esportivas e parque infantil. Os alunos do CEF 11 na Praça do Bicalho costumam ficar na porta da escola após o término das aulas ou esperando o próximo turno. Já na Praça do DI, as crianças e adolescentes frequentam as aulas de *futsal* nas quadras e o parque infantil no período vespertino. Observou-se que apesar da presença dos mais jovens nessas duas praças, há uma separação física clara entre a área dos adultos e a área juvenil.

Quanto à permanência das pessoas em diferentes horários, nota-se baixa presença no início da manhã em ambas as praças, sendo que o movimento é maior na Praça do Bicalho devido as pessoas que entram na fila de atendimento do posto de saúde logo pela manhã. No horário do almoço, devido à presença das escolas e dos quiosques que servem almoço, nota-se um aumento dos frequentadores nas praças. Como o posto de atendimento da Secretaria de Fazenda da Praça do DI só inicia o expediente às 12h, observa-se uma aglomeração de pessoas para serem atendidas nesse horário. O período vespertino é mais intenso na Praça do DI, visto que pequenos grupos



LEGENDA

- ← Fluxos- Quanto maior a espessura
 - Áreas de permanência, quanto maior o raio, maior permanência de pessoas
 - Áreas não transitáveis
- Áreas edificadas- Usos
- ▨ Uso misto
 - Comercial
 - ▨ Residencial
 - Institucional



FIG. 4:

Mapa comportamental síntese da Praça do DI.
Elaborado pela autora, 2016.

FIG. 5:

Mapa comportamental síntese da Praça do Bicalho.
Elaborado pela autora, 2016.

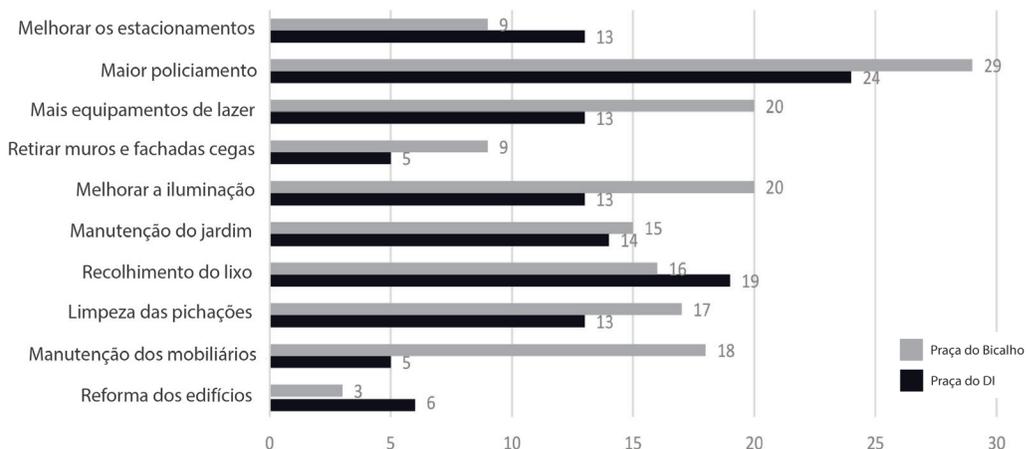


FIG. 6:

Melhorias apontadas nos questionários para as Praças do DI e do Bicalho.

Elaborado pela autora, 2016.

de homens organizam partidas de cartas e há aulas de *futsal* para os jovens nas quadras esportivas. Na Praça do Bicalho, observa-se uma maior quantidade de frequentadores no fim da tarde, devido à saída dos alunos do CEF 11.

4.5. LEVANTAMENTO DAS PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO

Os questionários foram aplicados nas praças do DI e do Bicalho nos dias 27 de outubro e 01 de novembro, respectivamente. Foram entrevistadas 30 pessoas em cada praça, sendo divididas na seguinte proporção em relação ao gênero: 15 homens e 15 mulheres na Praça do DI; 13 homens e 17 mulheres na Praça do Bicalho.

Em relação à percepção geral, a maioria dos entrevistados apontou baixos níveis de satisfação quanto à segurança. Em ambas as praças, o item "inseguro" foi apontado majoritariamente por mulheres. A Praça do DI mostrou ainda resultados mais negativos quanto à percepção de segurança em comparação com a Praça do Bicalho.

Quanto à vitimização, 4 de 30 entrevistados (13,3%) afirmaram ter sido vítima de algum crime em cada uma das praças, índice alto ao considerar o universo de apenas 30 entrevistados. Esses crimes correspondem a furtos e roubo nas duas praças, sendo a maioria denunciados à polícia. O que mais chamou a atenção nessa seção da entrevista foi o elevado número de respondentes que afirmou

conhecer histórias de criminalidade nas praças, corroborando o sentimento generalizado de insegurança da população.

Em relação às melhorias que poderiam ser realizadas, "maior policiamento" foi a mais apontada nas duas praças. É interessante notar que o posto policial da Praça do DI foi desativado, mas há um em funcionamento na Praça do Bicalho. Apesar deste estar em funcionamento, muitos entrevistados relataram que as rondas são feitas esporadicamente e geralmente quando solicitadas pelos comerciantes.

Outro ponto notável é a disparidade entre as duas praças no quesito "manutenção dos pavimentos e mobiliários". Isso se deve ao fato que uma reforma geral se iniciou em 2014 na Praça do Bicalho, mas não foi finalizada, deixando pontos críticos de acessibilidade e falta de mobiliário. Na Praça do DI, a pista de *skate* foi removida em 2014 sob alegação de atrair a venda de drogas para a praça.

A última seção da entrevista trata do comportamento geral frente à violência, e desse modo os dados computados consideram as 60 pessoas entrevistadas. Observa-se que a violência possui impacto direto nas escolhas das pessoas, que mudam seus trajetos, horários e hábitos de compras. Além disso, o alto índice de respondentes que evitam contato com pessoas estranhas reafirma as questões de isolamento social já apontadas pela literatura revisada.

Os dispositivos de segurança em residências foram adotados por 35 dos 60 entrevistados, sendo que muitos que responderam não possuir tais dispositivos revelaram a intenção de adquiri-los no futuro quando tiveram condições de arcar com os custos.

4.6. ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DOS OBJETOS DE ESTUDO

Nesse trabalho, foram utilizados os instrumentos da sintaxe espacial para analisar a implantação das Praças do Bicalho e do DI na malha urbana de Taguatinga, com foco nas variáveis de integração global e integração local. Essa etapa volta-se para a análise comparativa com o intuito de observar se espaços urbanos mais integrados, acessíveis e que possibilitem maior movimento de pessoas e veículos possuem relação com a ocorrência da criminalidade nas praças em análise.

Ao observar o mapa de integração global do Distrito Federal, nota-se que a Região Administrativa de Taguatinga encontra-se medianamente acessível dentro da malha urbana do DF. Observa-se ainda que essa integração se mantém homogênea por toda a região de Taguatinga, visto que Taguatinga possui conexões viárias diretas com diversas regiões limítrofes.

Com o mapa de integração local é possível avaliar a acessibilidade das praças em análise de maneira mais pontual. Nota-se que ambas estão próximas a um eixo mais integrado dentro da malha que corresponde à Avenida Comercial de Taguatinga. De maneira geral, os níveis de integração local da Praça do Bicalho e do DI são semelhantes, isso se dá pelo padrão de loteamentos adotados na concepção da região, que se repete ao longo de toda Taguatinga Norte.

Com base nos estudos de Hillier e Shu (2000), analisou-se ainda o uso do solo limítrofe da praça do DI e do Bicalho com o intuito de observar a geração de atividade e o equilíbrio entre o uso comercial e residencial. Conforme apresentado anteriormente, locais com uso misto tendem a inibir a ação de criminosos e proporcionar vigilância natural. Observa-se que nas duas praças o uso misto está presente nas ruas adjacentes à sua área. Na Praça do Bicalho nota-se

ainda um processo de verticalização das residências, o que ocorre de maneira muito incipiente na Praça do DI.

4.7. CONCLUSÕES ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO E CRIMINALIDADE NA ÁREA DE ESTUDO

Com base nas diferentes frentes de investigação adotadas na Praça do DI e do Bicalho, parte-se para a análise da relação entre o espaço físico e a ocorrência da criminalidade. Primeiramente, confronta-se a investigação com as cinco variáveis levantadas anteriormente no referencial teórico. No segundo momento, compara-se as duas praças, suas qualidades físicas e comportamentais.

Vigilância natural – Observa-se que nas duas praças, o uso misto limítrofe contribui positivamente para a vigilância natural. Os usos institucionais presentes atraem uma quantidade significativa de pessoas, mas somente durante o dia, visto que funcionam em horário comercial. Segundo as entrevistas, a iluminação precária no período noturno afeta fortemente a segurança nos espaços, bem como prejudica a vigilância natural. Em conformidade com a literatura (Jacobs, Hillier, Shu, Crowe e Newman), os locais apontados pelos entrevistados como os mais vulneráveis são àqueles isolados de atividades, onde não é possível o contato visual direto.

Conexões visuais entre espaço público e privado – O fechamento em muro dos equipamentos institucionais nas praças compromete a conexão visual entre o espaço público e privado. As calçadas estreitas ao longo de fachadas cegas estão presentes nas duas praças. Notou-se que os transeuntes evitam esses locais, preferindo passar pelo leito carroçável da rua.

Movimento/ integração nos espaços públicos – Tanto a Praça do DI quanto a Praça do Bicalho apresentam configurações espaciais semelhantes. Como o uso comercial encontra-se nos dois lados das praças, observa-se um movimento acentuado de transeuntes que cruzam a praça durante todo o dia. No entanto, as entrevistas apontaram que os espaços abertos são evitados durante a noite, até mesmo para a passagem. Esse fato é corroborado quando se confronta o aumento da criminalidade com a diminuição do número de usuários na Praça do DI,

evidenciando que maior movimento implica maior segurança, conforme a literatura de Hillier, Shu e Jacobs. Na Praça do Bicalho, observa-se o fenômeno oposto: no fim da tarde e início da noite, as ocorrências criminais são baixas e coincidem com a saída dos alunos do CEF 11 que permanecem na praça conversando após a aula.

Presença de estranhos – A variável acerca da presença de estranhos só foi avaliada nas entrevistas e observou-se que 44 dos 60 respondentes (73%) afirmam evitar contato com pessoas estranhas. Esse elevado número se aproxima das ideias de Newman que considera os estranhos como fonte de perigo. Como são locais essencialmente de passagem, a criação de vínculos entre os frequentadores dos espaços é dificultada e o julgamento de quem é ou não “estranho” acaba sendo generalizada.

Demarcação clara entre espaços públicos e privados – Observa-se nas duas praças que os espaços privados são bem delimitados por muros e grades, havendo uma forte diferenciação entre público e privado. Na Praça do DI existe uma particularidade na análise dessa variável, visto que as quadras de esporte, parque infantil e banheiro, todos equipamentos públicos, são delimitados por grades em todo o seu perímetro; possuem apenas um acesso e horário de funcionamento definido. Observa-se que esses espaços públicos encontram-se em condições boas de manutenção e limpeza e reúnem uma quantidade significativa de jovens no período vespertino. No entanto, é um local com baixa acessibilidade e frequentado por grupos específicos de pessoas.

Nota-se ainda que os quiosques em funcionamento e os abandonados, ocupam espaços públicos de passagem, comprometendo a fluidez e visibilidade. Como estão localizados, em sua maioria, nas esquinas, geram insegurança por bloquearem a visão dos transeuntes. Seguindo as abordagens da literatura, esses quiosques irregulares em áreas públicas desfavorecem o senso de responsabilidade da população, o que pode ser evidenciado pelo acúmulo de lixo em diversos pontos.

Na Praça do DI, conforme o levantamento das estatísticas criminais de 2015, ocorreram 70% mais atos criminais que na Praça do Bicalho. Desse modo,

a seguir são apresentados os principais fatores levantados durante a investigação que contribuem para maior vulnerabilidade da Praça do DI:

- Há menos frequentadores na Praça do DI em comparação à Praça do Bicalho e, conseqüentemente menor vigilância natural;
- Não há atividades noturnas na Praça do DI, ficando completamente isolada após o anoitecer, diferentemente da Praça do Bicalho;
- A Praça do DI é dominada por homens e há uma separação física clara da área dos jovens. Com isso, o espaço é pouco convidativo para a permanência de mulheres e crianças;
- A iluminação na Praça do DI é insatisfatória devido às árvores com copas frondosas sem manutenção. A Praça do Bicalho passou por uma reforma em 2014, onde foram instaladas luminárias bem localizadas;
- O posto policial na Praça do DI está desativado há dois anos, mas o da Praça do Bicalho continua em funcionamento;
- Na proximidade da Praça do DI há um número significativamente maior de estabelecimentos voltados para a venda de bebidas alcoólicas, influenciando no cometimento de incivildade na região pelos frequentadores;
- Nota-se um acúmulo maior de lixo na Praça do DI, alimentando o aspecto de abandono e degradação do espaço;
- Conforme relatado pelos entrevistados e corroborado pelas estatísticas criminais, a Praça do DI tornou-se um ponto de uso e tráfico de drogas à noite. A praça, cada vez menos apropriada pela população, tornou-se vulnerável às ações delituosas desse tipo e hoje encontra-se isolada do convívio social dos moradores e comerciantes;
- Os equipamentos de lazer são menos acessíveis na Praça do DI em comparação à do Bicalho, tornando-os menos estimulantes e convidativos.

Ainda que o quadro seja mais positivo na Praça do Bicalho em comparação com o da Praça do DI, ambas apresentaram níveis insatisfatórios de segurança pela população. Esses espaços apresentam grande potencial de melhoria, enquanto locais de passagem e mais ainda enquanto espaços de permanência e fruição pública. Mais

equipamentos de lazer, manutenção dos jardins, mobiliários e pavimentos estão entre as melhorias apontadas pelos entrevistados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo partiu da convicção que a questão da segurança deve ser entendida a partir de uma perspectiva multidimensional (sociológica, antropológica, legal, urbanística e arquitetônica), onde os elementos físicos também contribuem na inibição de oportunidades de ocorrências delituosas e facilitam a relação entre a comunidade e o espaço, de forma a incentivar sua apropriação.

Os quatro autores escolhidos para compor o referencial teórico deste estudo foram fundamentais para as análises subsequente no estudo de caso. Ainda que escritas em contextos internacionais, as principais ideias de cada autor foram observadas em campo, especialmente na questão da vigilância natural e presença de atividades que geram permanência e apropriação pela população.

A escolha da Praça do DI e do Bicalho foi fortemente motivada pelas limitações dos dados da Secretaria de Segurança Pública do DF. No entanto, com o desenvolvimento das diversas frentes de investigação, a comparação entre as duas praças revelou-se muito pertinente devido à sua semelhança básica em termos de equipamentos públicos presentes e implantação na malha urbana de Taguatinga Norte. O objetivo inicial de compreender a relação entre as qualidades físicas e a vulnerabilidade aos crimes foi alcançado. Os dados de criminalidade da Praça do DI e sua posição de destaque no rol dos espaços mais violentos de Taguatinga corroboraram a leitura física e comportamental realizada.

Com o estudo de caso, foi possível fazer análises práticas de como as qualidades físicas influenciam a vulnerabilidade dos espaços urbanos. A Praça do DI, e em alguns aspectos da Praça do Bicalho, mostrou mais um exemplo do círculo vicioso do abandono e instalação da violência nos espaços públicos brasileiros. Esses espaços, apesar de bem localizados, apresentam baixa permanência e apropriação, sendo temidos e evitados em diversos horários. Nota-se assim uma

relação interdependente entre a falta de vida urbana e a instalação de atividades criminosas, como o tráfico de drogas.

As entrevistas com a comunidade confirmam o sentimento generalizado de insegurança em que se encontra a sociedade brasileira. As mudanças de hábitos cotidianos, a estigmatização dos estranhos, o isolamento social e a transformação das residências em verdadeiras fortalezas são algumas das consequências da crescente violência e ansiedade gerada pela insegurança.

Esse tema se mostra extremamente relevante para futuras investigações de modo a aprofundar a temática da prevenção e adequação dos espaços urbanos para o uso seguro. Para próximos estudos, sugere-se análises comparativas entre diferentes regiões na cidade, bem como uma análise temporal do avanço ou diminuição da criminalidade em determinados espaços urbanos. Indica-se ainda a solicitação de dados no início das investigações devido às limitações quanto ao endereçamento que podem ocorrer, além da demora para a obtenção de tais dados.

Por fim, destaca-se a relevância do tema de estudo na medida em que compreende a segurança enquanto pilar fundamental para a vida nos espaços públicos. Para um determinado espaço ser atrativo e para que nele se promova novos usos e atividades é necessário que a população sinta segurança e conforto ao apropriar-se dele. Em suma, não pode haver qualidade de vida urbana quando prevalece o sentimento de insegurança e a existência de ameaças, medos ou constrangimentos. As melhorias no desenho urbano e nas qualidades físicas dos espaços possuem, portanto, papel fundamental na apropriação e uso seguro pela população.

NOTAS

1. As análises do autor FERNANDES (2007) na obra Jacobs, Newman e C. Ray Jeffrey. Contributos para a prevenção da criminalidade foram essenciais para a construção da revisão bibliográfica deste artigo.

2. Para este artigo foi considerada a abordagem da 2ª geração do CPTED para a análise e comparação do referencial teórico. Isso se deu devido às limitações que a 1ª geração apresentou enquanto abordagem prática na questão da prevenção criminal.

REFERÊNCIAS

- CALDEIRA, Teresa P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2.ed. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2008.
- CODEPLAN. **Pesquisa Distrital Por Amostra De Domicílios – Taguatinga – PDAD 2016**. Brasília, jul. 2016. Disponível em: <www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2016/PDAD_Taguatinga.pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.
- CODEPLAN. **Pesquisa Metropolitana Por Amostra De Domicílios – Taguatinga – PDAD 2013**. Brasília, dez. 2013. Disponível em: <www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2013/PDAD_Taguatinga_2013.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.
- CROWE, Timothy D.; FENNELLY, Lawrence J. **Crime prevention through environmental design**. Wlatham, MA: Butterworth-Heinemann, 2013.
- FERNANDES, Luis Fiães. **Jacobs, Newman e C. Ray Jeffrey**. Contributos para a prevenção da criminalidade. Urbanismo, Segurança e Lei. Coimbra: Almedina, 2007.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOMES, L. **Neoliberalismo e urbanização desordenada = criminalidade**. Disponível em: <www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/13492-13493-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.
- HILLIER, Bill; SHU, Simon. Crime and urban layout: the need for evidence. In: MACLAREN, V.; BALLANTYNE, S.; PEASE, K. (Eds.) **Crime Prevention and Community Safety**. IPPR: London, 2000.
- DE HOLANDA, Frederico. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora UNB, 2002.
- ILANUD – Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a prevenção do delito e tratamento do delinquente. Prevenção primária, polícia e democracia. In: ILANUD. **Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança**. São Paulo, 2002.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 1.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.
- LIRA, Pablo Silva. **Geografia do Crime e Arquitetura do Medo**. Vitória: Gráfica e Editora GSA, 2008.
- MONTEIRO, Circe; IANNICELI, Carolina. Spatial Profiles of Urban Crimes - The Role of Morphology in a Context. In: **Internacional Space Syntax Symposium**. Stockholm: Forsknings publikation, 2009. Disponível em: <www.sss7.org/Proceedings/08%20Spatial%20Configuration%20and%20Social%20Structures/08o_Monteiro_lannicelli.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- NEWMAN, Oscar. **Defensible Space**. Washington: U.S. Department of Housing and Urban Development, 1996.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Violência urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.
- SABOYA, R. T. **Arquitetura, espaço urbano e criminalidade: relações entre espaço construído e segurança com foco na visibilidade**. **Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, 2012.
- SSPDF – Secretaria de Segurança Pública do DF. **Balanco da Segurança Pública em Brasília**. Disponível em: <www.ssp.df.gov.br/estatisticas/balanco-da-seguranca-publica.html>. Acesso em: 21 out. 2016.
- SSP – Secretaria de Segurança Pública do DF. **Balanco da Segurança Pública em Brasília, 2015**. Disponível em: <www.ssp.df.gov.br/images/PASTANOVA/ApresentacoesDeColetivas/balano%20de%20criminalidade%20%202015%20dezembro.pdf>. Acesso em: 19 out. 2016.
- WASELFISZ, Júlio. **Mapa da Violência 2015**. Mortes matadas por arma de fogo. Brasília, 2015. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso em: 24 out. 2016.

SOBRE A AUTORA

Arquiteta e urbanista graduada pela Universidade de Brasília em 2016. Atualmente cursa Especialização em Direito Urbanístico e Ambiental pela PUC Minas Gerais.
anacatarina.lima16@gmail.com